

ENTRE O ATRASO E A FALTA DE CIVILIZAÇÃO: VISÕES DO COTIDIANO E DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NAS COMARCAS PERNAMBUCANAS A PARTIR DAS CORRESPONDÊNCIAS PUBLICADAS NO DIARIO DE PERNAMBUCO (1850-1870)

JOÃO PAULO PEDRO DOS SANTOS
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
paulofwn@yahoo.com.br

É importante ressaltar que o presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado mais ampla que, embora ainda em andamento, já permite apresentar alguns resultados. Neste texto, em concreto, se buscará problematizar a(s) ideia(s) de atraso e civilização das comarcas pernambucanas a partir da análise das correspondências publicadas nas páginas do Diario de Pernambuco, entre 1850 e 1870, procurando perceber por meio dos conceitos arrolados e as comparações realizadas, quais imagens se projetavam destes espaços, por exemplo, em relação às noções de civilização e progresso socioeconômico e cultural então em voga nas sociedades ocidentais.

Com a subida ao trono de D. Pedro II, dando maior sustentação à política de centralização iniciada com a reinterpretação do Ato Adicional de 1840, que retirava das províncias várias de suas atribuições, beneficiada pela tranqüilidade pública após o cesse dos conflitos do período regencial, e a melhoria econômica do erário com a independência alfandegária ao não se renovar o velho Tratado de Aliança e Comércio com a Inglaterra;

1850 foi o ano no qual, importantes transformações no convívio social possibilitaram o inicio da modernizar do Brasil. Tivemos o fim do trafico de escravos, a

promulgação da Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional e a elaboração e aprovação de um código comercial, como exemplos significativos, uma vez que, essa nova realidade, permitiu que muitas províncias pudessem investir em melhorias urbanas que terminaram por acarretar transformações nos hábitos e costumes de seus habitantes, e com isso, tracejava-se mudanças no sentido de uma modernização capitalista. Se nos atentamos ao caso do Recife durante este período, verificaremos grandes obras sendo realizadas com o objetivo de modernizar a capital, dando-lhe ares mais sofisticados. Nas palavras de Arrais (2004, p.13): "o progresso conduziria os povos na direção de um estado de perfeição que tinha seu ponto mais alto na civilização. A cidade representa o lugar onde se concentravam as possibilidades de concretização da civilização".

No mesmo sentido as comarcas do interior também buscavam integrar-se aquilo que proporcionou ares de modernidade, um grande passo para a modernização a exemplo da correspondência da Comarca de Garanhuns:

> Tenho do meu retiro louvado a boa vontade, com que os poderes do Estado e os capitalistas ingleses hão favorecido o nascente espírito de empresas, que felizmente há algum tempo a esta parte, se desenvolve entre nós. Quanto a nossa província deparamos nos senhores Mornay, particularmente o senhor Eduardo de quem mais ouço falar, empresários ativos e inteligentes, que vão proporcionando-se a gloria de ligar um dia seus nomes a uma obra importante, qual a estrada de ferro do Recife ao rio de São Francisco. Não há muitos anos, que um hábil engenheiro estrangeiro, que por algum tempo esteve entre nós na direção das obras públicas, a que grande impulso deu a seu reconhecido talento, julgava não poder manter esta província uma estrada de ferro a moderna com os seus rails metálicos e locomotivas em atenção as grandes despesas de semelhante obra e ao insuficiente rendimento que apresentaria, por não insuficiente rendimento que apresentaria, por não haver na província um centro de produção, que pudesse com vantagem ser unido a praça do Recife, onde o consumo é considerável. Mas hoje, que está realizado, não só o contrato para a fatura das 20 léguas de estrada do Recife até Agua-Preta, senão também a concessão, e sem a garantia do governo, para a continuação da linha deste ponto ao Rio de São Francisco, ninguém já duvida das vantagens de uma via férrea, que comunique o nosso Volga com o oceano. Dar animação a cultura na extensa e fertilíssima margem do Rio de São Francisco, onde muitos terrenos existem virgens e se perdem inúmeros produtos por falta de braços; plantar e desenvolver consideravelmente o comércio nessas regiões incultas; disseminar e dar impulso as povoações,

> atraindo a emigração e promovendo a colonização espontânea, que é a que nos convém; será, digo, um grande peso para a civilização...[1]

A nova ordem social que se desejava implantar seguia o modelo burguês de sociedade, motivo pelo qual se passou a dar muita ênfase ao controle do corpo, dos hábitos e costumes, especialmente dos grupos pertencentes aos estratos mais populares. Parte-se, portanto, da ideia de que há de se entender as imagens projetadas sobre aquelas sociedades interioranas como uma autêntica arena de embates discursivos que acabavam gerando práticas e ações sociais concretas.

Desde a fundação, o Diario de Pernambuco não fugiu à sua linha conservadora, publicando por anos a fio os acontecimentos oficiais da província, alertando que se aceitariam correspondências e comunicados dos assinantes desde que ao se dirigir a outrem "tais escritos sejam concebidos em termos decentes com os requisitos legais" (NASCIMENTO, 1968, p. 37).

A utilização de jornais como fonte não é algo novo. Seu uso como suplemento de pesquisa, nos primórdios da investigação historiográfica brasileira, conveio muito mais para ilustrar e corroborar com os diferentes processos históricos, do que seu caráter como fonte documental primaria, ganhando esse status metodológico, a partir da segunda metade do século XX. Ao considerar que os textos jornalísticos são produtos daquilo que insurge dentre uma variável de informações na sociedade; faz-se necessário uma nova abordagem na qual o historiador e sua fonte, disponham de ferramentas provenientes, sobretudo, da análise do discurso, uma vez que possam problematizar a narração do fato e o contexto no qual se insere.

> A pouca utilização da imprensa periódica nos trabalhos de História do Brasil parece confirmar nossas suposições. Alguns, talvez, limitem seu uso por escrúpulo, já que encontram, tão em evidência e abundância, as "confirmações" de suas hipóteses – e com a mesma facilidade, também, argumentos contrários. A maioria, porém, pelo conhecimento, pela ausência de repertórios exaustivos, pela dispersão das coleções. Quando o fazem, tendem a endossar totalmente o que encontram, aproximando-se de seu objeto de conhecimento sem antes filtrá-lo através de crítica mais rigorosa (CAMARGO, 1971, p. 226).

Para o ano de 1854, foram levantadas 17 (dezessete) publicações de cartas e notícias prestando contas ou informando sobre as comarcas pernambucanas. Desta

[1] Sessão Correspondência, Diario de Pernambuco, edição de 17 de fevereiro de 1854.

amostragem foi possível identificar um padrão de ações, bem como de conceitos utilizados para descrevê-las com o fito de revelar e medir a um só tempo o nível civilizatório de uma região. De fato, tudo é aferido em relação à *moralidade* da população, expressada normalmente através de uma visão dicotômica e maniqueísta entre o bem e o mal, isto é, entre gestos e ações ordeiras, civilizadas, justas e humanas contra comportamentos então descritos em seu sentido inverso, ou seja, negativo, como o desrespeito às leis, à honra, ao saber, ao trabalho, a Deus e ao homem.

Para se fazer uma ideia do exposto até aqui, veja-se a seguir uma correspondência da Comarca do Pajeú, onde o correspondente descreve a situação e moralidade dos pajeusenses como exemplar, apesar da má-fama que gozavam e que apontava justamente para o contrário:

> Nada de importante tem ocorrido nessa quinzena que mereça as honras da publicação, deve ter notado, que as minhas últimas missivas não lhe tenho dado notícia de um só crime perpetrado neste termo, o que prova alguma coisa a favor da moralidade deste povo, alias tão pouco considerado a muitos respeitos; ao passo que nas correspondências de outras comarcas, e até mesmo no retrospecto semanal dessa relação encontram-se quase sempre, crimes de diferentes espécies, e alguns de estudada malícia, e inqualificável perversidade.
>
> Assim é que em muitas vezes, correndo, entre certas classes pouco esclarecidas e apreciadoras da verdade, falsas opiniões e preconceitos, injustamente propalados, maquinalmente abraçados por pessoas, que costumam pela mesma bitola a verdade e a mentira, se faz manifesta a revoltante injustiça a quem não está no caso de merecê-la.
>
> Existem desde longo tempo, injustas preocupações a respeito deste malfadado Pajeú, que, transmitidas de boca em boca, vão como que eternizando erros pouco decorosos, que seria conveniente desterrar. Eu próprio tenho ouvido a pessoas de diversas comarcas e províncias julgar os seus habitantes de um modo tão insidioso, que faria vergonha alguém confessar-se pajeuense, por não passar por assassino, ou desordeiro na opinião o descaridoso e temerária desses senhores. O desmentido, porém de um juízo tão desfavorável, quanto injusto, feito de um povo menos feliz que sensato, menos cultivado e esclarecido que discreto e moralizado, está na justa apreciação dos fatos históricos da sua vida dos seus habitantes e costumes que repeliram uma semelhante censura... Falta-nos a verdade e conhecimento das ciências, das artes, e mesmo de todas as espécies de indústrias, cujo exercício demanda certo grau de desenvolvimento intelectual,

> mas sobra-nos, em compensação, diligencia e amor ao trabalho para, no exercício das ocupações...[2]

Não é nosso interesse, que fique claro, procurar comprovar as denúncias ou notícias apresentadas pelos correspondentes, mas sim buscar apreender e analisar o discurso produzido sobre o nível civilizacional das comarcas, num momento de construção do Estado Nacional e de expansão dos valores de uma sociedade burguesa para regiões agrárias, composta majoritariamente de gente humilde e analfabeta. Importa, portanto, mapear os conceitos com os quais essas sociedades eram descritas e apresentadas ao público leitor/ouvinte, e entender a relação interativa entre os indivíduos e instituições que aparecem ordenando ou dando ares civilizatórios a estes espaços onde as transformações sociais são lentas e as hierarquias mais visíveis e reforçadas.

Nos arrabaldes da Comarca de Garanhuns surgiu um caso que pode exemplificar melhor o discutido acima:

> O cultivo do tabaco nesta comarca. Tendo feito menção em uma das minhas anteriores cartas de alguns produtores da pequena cultura desta parte da nossa pequena província, deixei de tratar do cultivo do tabaco.
>
> É sabido que a arte nada tem contribuído para a bondade e crescimento desta planta neste sertão: quer agricultores, criadores, religiosos ou políticos, os meus patrícios são em geral acérrimos rotineiros; toda a inovação se lhes figura um atentado, e quando menos coisa sem utilidade ou significação alguma; eles seguem a trilha, que seguiram os seus avós a meio século, e fazem aquilo que vêem fazer o mais próximo: são finalmente uns fanáticos na imitação. Verdade seja que alguma razão neles descubro nesse proceder, pois que em geral as inovações e certos aperfeiçoamentos, que se diz progresso, a que todavia não presidiram o necessário estudo das coisas e pessoas, e consumada prudência, dão péssimos resultados, e serão sempre mal recebidos, quando não pelo absurdo, mas pela inoportunidade deles; não faltam exemplos...Ora o sertanejo, homem da natureza, insciente ou muitas vezes perplexos sobre as verdadeiras noções do justo, comumente hospede na ciência do economista, de mais a mais desconfiado, cético, vai repelindo a priori tudo quanto lhe cheira a novidade, e aceitando somente aquelas modificações que o tempo aconselha: em tudo são os sertanejos assim.[3]

[2] Sessão Correspondência, Diario de Pernambuco, edição de 16 de março de 1854.
[3] Sessão correspondência, Diario de Pernambuco, edição de 19 de maio de 1854.

Perceba-se que a resistência em acolher práticas ou instrumentos que modificavam as velhas formas de trabalho e cultivo era apresentada como signo de uma mentalidade arcaica, quase inimiga do progresso. Pensamos que este tipo de diagnóstico não refletia apenas uma ideia, por mais preconcebida que fosse sobre aquele mundo rural, mas acabava também por gerar – ainda que de maneira heterogênea e descontínua – determinados tipos de práticas e discursos que forçavam a aceitação do novo, embora pouco conhecido e testado, como algo bom e contra o qual não se deveria resistir. Neste sentido,

> analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte integrante de suas atividades sociais. A ideologia materializa-se no discurso que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, em forma de imagens (FERNANDES, 2008, p. 15).

Tanta importância dada à linguagem se deve ao fato de não ser ela apenas um modo, maneira ou um elemento de transmissão de significados, posto que também os produz. Segundo Cabrera (1999, p. 56-57):

> El lenguaje no se limita a transmitir el pensamiento o a reflejar los significados del contexto social, sino que participa en la constitución de ambos. De hecho […], la única manera de superar las insuficiencias explicativas del esquema dicotómico es dejar de concebir al lenguaje sólo como vocabulario y comenzar a tratarlo también como un patrón de significados que toma parte activa en la constitución de los objetos de los que habla y de los sujetos que lo encarnan y lo traducen en acción.

Se como diria Bourdieu, a "publicação é o ato de oficialização por excelência" (2000, p. 88), no caso das publicações aparecidas no Diario de Pernambuco, além de gozar deste foro de homologação que as tintas lhe conferia, o próprio periódico era por si só tido como espaço privilegiado das notícias oficiais. É importante lembrar que durante bastante tempo, Pernambuco não dispunha de boletins oficiais, sendo, por conseguinte, utilizado suas páginas para a publicação de extratos das discussões realizadas na assembléia ou a simples reprodução de leis e decretos. É com este duplo cuidado que estamos olhando para os textos escritos por "colaboradores" do Diario de Pernambuco, ao narrar fatos políticos, sociais, econômicos ou culturais das comarcas e cidades do interior pernambucano.

Neste sentido, quando colhido as falas destes correspondentes do interior, identificamos e analisamos o lugar social do sujeito produtor, com todos os

condicionantes que o mesmo acarreta na produção de seu discurso e/ou localização das matrizes discursivas do mesmo, tal como aprendemos com Certeau para o fruto da operação historiográfica (2008, p. 66-77).

Atentar para isto é importante se temos em conta, com Fernandes, que

> "a ação política, em forma de discurso, apresenta valores ideológicos na construção de determinados espaços sociais. Nessa perspectiva, as relações de poder se constroem, e as representações de poder confrontam e alteram-se, mudando, consequentemente o lugar de onde vozes produzem enunciações, de onde os discursos são produzidos" (2008, p. 47).

Além disso, convimos com Elmir (2012, p. 81) sobre a necessidade de se fazer uma leitura a contrapelo das fontes jornalísticas, além de buscar outras fontes para densificar a análise, evidenciando, por exemplo, a(s) disputa(s) pela legitimidade das impressões embutidas nos comentários e juízos de valor sobre as sociedades interioranas, em suas mais diversas facetas ou áreas, isto é, suas gentes, sociabilidade, instituições, política, economia, cultura, etc. O Gatto em seus versos nos diz nas seguintes estrofes direto da Comarca do Limoeiro:

> Visto isto, e o mais dos autos,
> Ninguém deve ser-me infenso,
> Para dizer o que penso
> Quer gosto cause, quer zanga,
> Tenho licença na manga.
>
> Ao findar-se o velho ano
> Espalhou-se, que um motim
> Urdia-se em Bom Jardim,
> Com que pretendia o povo
> Cortejar o ano novo.
>
> O pretexto era a princípio
> O papel do cativeiro...;
> Esse mesmo, que em janeiro
> De um dos passados anos
> Já nos fez aqui bem danos.
>
> Ao depois era o desgosto,
> Que havia na gente escrava,
> Cujo serviço aumentava
> Em prol dos seus andamentos,

A falta dos dias santos.

Eis por tanto apregoada
Uma grande insurreição,
Já se dava a reunião
Dos negros com os mulatos
No lugar chamado Patos.

Mas o caso examinado
Era tudo uma patranha,
Um tutu, oh coisa estranha!!
Que alguém com a tal notícia
Fazer queria a polícia.

Ser isso historia de onça
Não pense você jamais:
Há peças oficiais,
Que prova quanto lhe hei dito,
Que bom corpo de delito!...

E o governo sabe disso?
Eu creio, amigo, que não,
E portanto é de razão.
Que disso tenha ciência,
Para dar-lhe a providencia...[4]

A construção dos conceitos do que se estabelece entre o atraso e civilização nas comarcas pernambucanas a partir da análise das correspondências publicadas nas páginas do Diario de Pernambuco, entre 1850 e 1870, não estabelece o fim de práticas sociais, em detrimento de outras, mas uma amplitude conceitual que se repelem e se atraem, ganhando novos rótulos em meio a essa confluência social, com fins diversos: políticos, econômicos, sociais ou culturais. Portanto, a confusão de julgamentos que podem ocorrer dentro do espectro público, em seu tempo e espaço, termina por gerar um buchicho do que é certo ou errado. Ainda que a apropriação dos conceitos em muito sirva de instrumento político social para alcançar objetivos que comumente são chamados de progresso. O resultado desse jogo apresenta uma crise pública com

[4] Sessão correspondência, Diario de Pernambuco, edição de 21 de fevereiro de 1854.

características que podem apontar para movimentos de resistência e desordem contra a poder instituído.

Fontes

Cartas, notícias e correspondências escritas e enviadas por "correspondentes" do interior das comarcas pernambucanas, publicadas no Diario de Pernambuco, 1854.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRAIS, Raimundo. **O Pântano e o Riacho,** A Formação do Espaço Público no Recife do Século XIX. São Paulo, Humanitas, USP, 2004.

BARBOZA, Maria José. "**Civilização" e "moralização"de índios na província de Pernambuco entre 1850-1889:** mão de obra indígena. Recife, 2015. Dissertação (Mestrado em História) Universidade federal de Pernambuco, Recife, 2015.

BECKER, Jean Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). **História social da linguagem**. São Paulo: Unesp/Cambridge, 1997.

CABRERA, Miguel Ángel. **Historia, Lenguaje y Teoría de la Sociedad**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. **A imprensa periódica como fonte para a História do Brasil**. In: Paula, Eurípides Simoes de (org.). Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo: Sessão Gráfica da FFLCH/USP, 1971, v.II.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial. **Teatro de sombras**: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DARNTON, Robert. **O beijo lamourette**: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de
seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, n. 13, dez. 1995.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. **Anos 90**, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

KARAWEJCZYK, Mônica. O jornal como documento histórico: breves considerações. **Historiæ**, 1 (3): p. 131-147, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). 2ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

NASCIMENTO, Luiz. **História da Imprensa em Pernambuco.** V. 1. Recife, Imprensa Universitária: Universidade Federal de Pernambuco, 1968.

NEDER, Gizlene. **As reformas políticas dos homens novos (Brasil Império: 1830-1889)**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, Luisa Rauter. **O povo na História do Brasil**: linguagem e historicidade no debate político (1750-1870). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, n. 1, 2009, p. 1-15.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, n. 4, jun. 1985.